

Autonomia sem futuro

EXPEDICTO QUINTAS

A cada dia que passa com a Assembléia Nacional Constituinte progredindo no rumo do texto final da nossa futura Carta Magna, é de perguntar-se pelas providências adotadas pela bancada da capital da República, com vistas a situar o Distrito Federal como membro autônomo da nossa Federação Republicana, com deveres e obrigações impostas pela libertação do DF, na indicação de seu governador, pela via obliqua da Presidência da República.

Causa espécie a apática indiferença dos nossos constituintes nas deliberações que até aqui situam o Distrito Federal em igualdade de condições com os demais membros da União, sem qualquer opção nova que objetive dar a autonomia financeira que será imprescindível para compor-se com a autonomia política.

A exceção do custeio das atividades do Judiciário, da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros do DF, que continuará sob responsabilidade do Tesouro Nacional, nada mais foi acrescido e com um agravante: o ICM do trigo importado, hoje a terceira rubrica da receita do DF, deverá caducar, com a promulgação da Nova Carta, desde que nos provimentos constitucionais essa diferença fiscal ao DF não ficou resguardada. A opção foi pela autonomia política, sem qualquer tratamento especial que a capital da República faz jus, por guardar em seu território a sede dos três Poderes e as representações diplomáticas e por isso mesmo carente de meios financeiros necessários e suficientes para a oferta de bens e serviços que assegurem ao GDF a continuidade administrativa para garantir um padrão de qualidade e os graus de confiabilidade do centro das decisões nacionais instalado em Brasília.

Na atualidade o Tesouro do DF não está conseguindo arrecadar sequer 20% de suas necessidades de custeio e de capital. Vale dizer que na hipótese da Sepplan não realizar as transferências a fundo perdido para o DF a cada 30 dias, não haverá recursos sequer para pagar os salários dos 85 mil servidores que atuam no seu complexo administrativo.

Este quadro poderá agravar-se na eventualidade de um desentendimento entre o Buriti e o Planalto, ou mesmo levado por circunstâncias críticas geradas por força da nova distribuição fiscal entre a União, os Estados e os municípios, com a primeira delas sendo evaziada em 17% na sua arrecadação. Já na elaboração da proposta orçamentária para 1989, que a Sepplan está promovendo, os primeiros reflexos dessa situação podem se fazer sentir. Nesse caso, os quase Cz\$ 26 bilhões de transferências orçamentárias para o GDF, de parte da União, que em 89 deverão ultrapassar os Cz\$ 100 bilhões, poderão reduzir-se substancialmente, colocando Brasília em condições falimentares, ante seus compromissos do próximo exercício financeiro.

E ninguém fala e ninguém se movimenta no sentido de abrir o problema a uma ampla discussão com vistas a prevenir surpresas que amanhã poderão firmar um quadro irreversível de deterioração administrativa.

A prioridade da bancada volta-se para a abertura dos cominhos para o Buriti, onde alguns políticos pretendem chegar por força de uma tumultuada autonomia política que será anulada e agravada se não contar com a solidariedade de uma autonomia financeira.

Lamentavelmente, no entanto, isto parece estar contando muito pouco.

Aécio Neves desiste de candidatura

Belo Horizonte — O constituinte Aécio Neves (PMDB-MG) decidiu não atender aos apelos do governador de Minas, Newton Cardoso, para participar da corrida sucessória pela prefeitura de Belo Horizonte e abriu mão de sua candidatura, alegando que sua indicação não congregou todos os segmentos do partido na capital. Uma hora antes da entrevista, o deputado estadual João Pinto Ribeiro, dizendo-se o vice na chapa de Aécio Neves, confirmou que ambos eram candidatos de Newton Cardoso, do prefeito Sergio Ferrara e do presidente regional do PMDB, deputado Joaquim de Melo Freire.

O neto de Tancredo Neves mostrou-se ainda temeroso com o fato de que somente há dois meses e meio transferiu seu domicílio eleitoral de São João Del Rei para Belo Horizonte, quando a legislação exige um prazo mínimo de um ano. Ele lembrou que o PMDB é um partido grande e não usaria de artifícios duvidosos para viabilizar a sua candidatura.

Apesar de não identificar os segmentos que desaprovaram sua candidatura, sabe-se que seu nome não ganhou apoio dos vereadores do PMDB e deputados estaduais mais votados em Belo Horizonte e do ex-governador Hélio Garcia, peça fundamental no processo municipal.

Hélio Garcia, que ainda não decidiu se aceita ou não disputar a convenção pelo PMDB, passou o dia ontem recluso em sua casa, conversando com lideranças do partido sobre o quadro municipal.



Campos e Freire, sem acordo, iniciam campanhas individuais

Tocantins vai herdar dívida de Cz\$ 22 bi

Goiânia — Uma dívida de cerca de US\$ 100 milhões (Cz\$ 22 bilhões e 500 milhões de cruzados) é o ônus que a União arcará com a criação do Estado do Tocantins, nos termos em que a matéria está sendo aprovada pela Assembléia Nacional Constituinte, pois caberá à União absorver toda a dívida contraída pelo Estado de Goiás e aplicada na região abrangida pelo novo estado.

O secretário de Planejamento de Goiás, Fernando Safatle, está concluindo o levantamento de todos os investimentos realizados por Goiás na região para que o governador Henrique Santillo possa levar ao presidente da República.

Pela Lei Complementar nº 31 que criou e desmembrou o Mato Grosso, criando o Estado do Mato Grosso do Sul, o patrimônio da administração direta, constituída dos bens, renda, encargos sociais é transferido pa-

ra a nova unidade federativa. Da administração indireta haverá uma comissão especial formada pelo Governo Federal.

POLÍTICA

Enquanto Goiás está preocupado em transferir, de imediato, a dívida contraída e aplicada no território do futuro Estado do Tocantins, os políticos responsáveis pela criação do novo Estado, Siqueira Campos, e José Freire, principalmente, estão aproveitando o recesso da Assembléia Nacional Constituinte para se dedicarem à campanha pela eleição do novo Estado.

Siqueira Campos, inclusive, lançou sua candidatura à Governador do Tocantins, esta semana, em Goiânia, diante da impossibilidade de estabelecimento de um consenso com José Freire, que também aspira a posição.

Investimento social e atitude dialógica

MARCOS VINICIUS VILAÇA*

Um dos mais animados períodos da Assembléia Nacional Constituinte resultou naquele dedicado às questões da política social. Pena que os temas do corpo-a-corpo político partidário não tenham permitido um melhor acompanhamento da sociedade, a fim de vermos, "sem retinas intermediárias", momento decisório tão importante.

Afinal de contas, às vezes se fica a pensar numa certa hemiplegia da Carta que vem vindo, encundiosa nos direitos, ressequida nos deveres; tão democrática nos seus anúncios; tão reconhecida à constatação de Eça de que "entre as vidas da terra só o homem sente a dor da vida" mas talvez pouco atenta, entre outras racionalidades, — como por exemplo — à da provisão de meios que nos leve a executar os seus comandos.

Quase a dar razão à sentença de que a democracia jovem pensa que o impossível é possível.

Esta fase deveria ter avivado a discussão lateral sobre ações de governo e daí, a constatação de que a racionalidade delas é nas sociedades democráticas de natureza essencialmente dialógica.

Nesse regime o predominante passa a ser o desejo da sociedade, onde a técnica éposta a serviço da política para viabilizar quereres sociais. E não há lugar para a técnica, ocupando o lugar da política, ditar designios sociais. Nem há lugar para a sociedade exigir do Estado aquilo que não lhe oferece.

Por isso, a ação política democrática fundamenta-se no diálogo. Não há, assim como opõe, nas democracias, o Estado à sociedade. O Estado é a instituição criada pela sociedade, que organiza a ação política.

A palavra política é, emossa lingua, polissêmica. Por um lado, significa a ciência e a arte da política (políticos). Por outro, quer dizer o conjunto de objetivos que orientam as ações humanas (policy). Pois bem, é nesse sentido que dímos política econômica, política social. E poderíamos até dizer política política, no sentido de conjunto de objetivos da política, não soasse tudo tão rebarbato.

E quais são os objetivos de uma adequada política social, no Brasil de hoje? A que se destinam os investimentos na área social?

O desenvolvimento que é processo global, é processo em que os homens obtendo a satisfação de suas necessidades fundamentais, tornam-se aptos a satisfazê-las ainda mais. Processo cumulativo, que se alimenta continuamente. Citando François Perroux "uma transformação do homem pelo homem".

As necessidades fundamentais, revestindo-se de universalidade, independem das culturas e das etnias e a sociedade

procura satisfazê-las buscando a eficiência (na produção), a equidade (na distribuição dos benefícios do desenvolvimento), a liberdade (na participação política).

Essa equidade nada tem com a utopia do equalitarismo. Equidade quer dizer igualdade de oportunidade, que não é o mesmo que oportunidades iguais.

Assim, o que caracteriza os investimentos sociais, enquanto instrumento da política de desenvolvimento social voltada para a redução das desigualdades, não é tanto a natureza ou a categoria do investimento em si: é mais a população-alvo e, consequentemente, o caráter diferenciado, especial do tratamento que lhe é dispensado, com claro objetivo de promoção social.

Investimentos sociais orientados para a promoção social das populações carentes: eis o que caracteriza uma ação social capaz de obter, com mais rapidez e eficiência, a justiça social no desenvolvimento.

É fácil perceber que ação social não se limita pelas fronteiras que comumente definem a chamada área social (educação, saúde, habitação, assistência e previdência social) há que acrescentar ações voltadas para a organização da produção, da comercialização, do abastecimento. Ações de reforço e complementação da infraestrutura econômica e da infraestrutura social.

Aí está o campo fértil do artesanato, das microempresas sociais, da profissionalização de tantos projetos que, bem dosados e estrategicamente selecionados, podem produzir impacto transformador significativo, deslocando, a médio prazo, a população-alvo para novos e mais elevados patamares de desenvolvimento.

Na moldura disso a valorização das peculiaridades regionais, das organizações sociais existentes, dos hábitos, dos costumes, da busca pela autopromoção do indivíduo e dos grupos sociais.

Ai sim, a política social passa de assistencialismo compensatório e lacrimoso para se converter num gesto em direção ao futuro, de respeito aos predicamentos da cidadania; que não pense estar a solução das nossas pungentes latitudes sociais em formas de piedade sem conteúdo, no privilégio do assistencialismo que gaste mais com caridade — necessária, no transito das calamidades ou quando temporariamente dirigida a setores da população de maiores riscos (crianças, gestantes nutrizes, idosos) — do que com desenvolvimento e não esquecer a lição de Lincoln: "Não se faça pelo homem aquilo que ele mesmo pode fazer".

* Marcos Vinícius Vilaça, da Academia Brasileira de Letras, é ministro do Tribunal de Contas da União e foi presidente da LBA